



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Boa tarde a todos. Com a presença do nobre Vereador Eduardo Matarazzo, declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, do ano de 2021, para debater o PL 502/2017, de autoria do Vereador Ricardo Teixeira, que dispõe sobre a proibição da participação de crianças e adolescentes em bailes funk, e dá outras providências.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e também pelo YouTube, Facebook e Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* desde o dia 28/05 e foi publicada nos jornais *Agora*, em 31/05; *Folha de S.Paulo*, no dia 01/06/2021. As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 28/05/2021, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência; além da presença dos Coveradores Alex Barcellos, Julio Cezar de Andrade, Paula Nunes; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Condeca, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMDCA; CRESS-SP - Conselho Regional de Serviço Social; Srs. Eduardo Dias de Souza Ferreira, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Renato Almeida, da Associação Ação Educativa; Marco Antonio da Silva Souza, Coordenador do Projeto Meninos e Meninas de Rua; Renata Prado, da Frente Nacional de Mulheres no Funk; Alessandra Silva, do Conselho Tutelar do Lajeado; Jéssica Ferreira, da Uneafro; e Bruno Ramos, da Liga do Funk; Fórum Estadual dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes; Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes de São Paulo; Srs. Sidnei Ferreira da Silva, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedeca Sapopemba; Catia Dias, da Associação Rolezinho e André Nascimento.

Nós, chamamos esta audiência, porque acreditamos que temas como esse devem ser debatidos pela sociedade, pelas organizações que tratam o tema e pelas instituições que atuam no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E, nesse sentido, gostaríamos de iniciar o nosso debate ouvindo alguns dos nossos convidados. Vamos fazer aqui um combinado de falas de quatro minutos, para que possamos ouvir todos os convidados, e obviamente, em seguida abrimos a fala para as inscrições que foram feitas e continuam sendo feitas no *chat*. Ao final da nossa fala, abriremos a palavra para que os Srs. Vereadores possam se manifestar e dar retorno, inclusive, nas demandas apresentadas pela sociedade civil dentro desta audiência pública. Também abro mão de fazer minha fala inicial para que possamos contemplar o maior número de convidados e organizações da sociedade civil possível, antes da avaliação dos Srs. Vereadores.

Consulto os Srs. Vereadores presentes se gostariam de fazer uso da palavra, em seguida irei chamando os convidados. (Pausa)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - O Vereador Ricardo Teixeira está presente? Irá participar da audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Não o vi, Vereador. Ele foi convidado. Todos os Srs. Vereadores da Casa foram convidados.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Então gostaria de transmitir que acredito ser de grande importância a presença do Vereador Ricardo Teixeira para conhecermos bem as razões pelas quais V.Exa. apresentou esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Sim. Gostaríamos muito da participação dele e do Relator Delegado Palumbo. Todos foram convidados para esta audiência.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Vou insistir com ele, para ver se poderá comparecer. Vou ligar para ele agora.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Passo a palavra ao representante da Defensoria Pública do Estado. (Pausa) Anuncio a presença do Vereador Jair Tatto.

Com a palavra o representante do Condeca, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Pausa) O representante do CMDCA, Conselho Municipal dos

Direitos das Crianças e dos Adolescentes. (Pausa) Sra. Aparecida Mineiro do Nascimento, do CRESS, Conselho Regional de Serviço Social. (Pausa) Está presente a Sra. Aparecida Mineiro do Nascimento? É Mineiro, mas não é minha parente.

Eu vou fazer o seguinte, como estamos no início da reunião, vou começar a chamar os convidados que eu estou vendo e depois voltamos para essa lista. Algumas pessoas eu já estou vendo aqui na sala. Pode ser?

Tem a palavra a Sra. Renata Prado, da Frente Nacional das Mulheres do Funk.

A SRA. RENATA PRADO – Muito obrigada, Elaine, do mandato Quilombo. Boa tarde a todas, todos e todas, boa tarde aos Vereadores, aos representantes da sociedade civil, que estão presentes hoje nessa audiência pública para fazermos um debate sério, integro, sobre esse PL do Vereador Ricardo Teixeira, que traz uma visão que vai contra o que entendemos enquanto lei para os nossos jovens. Então, aqui temos hoje um projeto de lei desse Vereador que dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes em baile funk e dá outras providências.

Eu sou uma dançarina de *funk* de 31 anos e faço parte de um projeto político chamado Frente Nacional de Mulheres do Funk, que foi a primeira organização político-feminista na história do Movimento Funk a pautar políticas públicas dentro desse processo que tenta massacrar os nossos jovens há anos. O baile *funk* existe, a cultura do *funk* existe aproximadamente há 30 anos, e esses 30 anos de existência a juventude do *funk* vem sendo massacrada.

Esse projeto de lei que o Vereador Ricardo Teixeira coloca faz parte de um processo de negar os direitos dos jovens de acessar a Cidade. Então, estava lendo aqui o projeto e algumas justificativas do projeto que falam que os bailes funks tornaram-se atrativos para crianças e adolescentes percebendo, por meio de imagens e reportagens em mídias sociais e televisivas que o baile *funk* é um local com exposição de nudez, consumo de drogas e bebidas alcoólicas e incentivar atos violentos como estupros e atentado contra o pudor.

Bom, pensando no processo social que vivemos, que é o Brasil podemos perceber

que ações como essa como exposição à nudez, estupros e atentados ao pudor são coisas que acontecem na nossa sociedade aproximadamente há 500 anos. Então, tudo isso que acontece na sociedade é reflexo de uma construção eurocêntrica, que reflete na nossa sociedade, principalmente nos movimentos em que os nossos jovens estão presentes. O baile *funk* não é somente isso, baile *funk* tem uma cultura, baile *funk* tem música, tem dança, tem jovens que tem consciência do seu acesso às políticas públicas, que tem consciência do seu direito de ocupar a Cidade, tanto nas regiões centrais, assim como nas periferias.

É importante lembrarmos que existe o Estatuto da Juventude. Eu sempre gosto de andar com ele na bolsa porque é importante lembrar dos direitos que os nossos jovens têm. E, segundo o Estatuto da Juventude, do direito à cultura, no artigo 21: “O jovem tem direito à cultura incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços sociais, e a participação nas decisões de políticas culturais, à identidade e diversidade cultural e à memória social.” Também no artigo 22 diz que: “propiciar ao jovem o acesso a locais e eventos culturais”, é de garantia do Estado.

O Estado precisa incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artísticas culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico. Considerando que o *funk* faz parte da cultura negra, da cultura do jovem, porque o *funk* é um fenômeno cultural presente nas periferias de São Paulo, o Estado precisa garantir o direito do jovem. Hoje o que a Frente Nacional de Mulheres do Funk vem pautando são políticas públicas pensando nesse direito à Cidade. O nosso jovem tem consciência de que tem direito à Cidade e nós estamos aqui lutando diariamente para garantir o direito do jovem à cultura, ao seu direito de ir e vir, ao direito de ocupar as praças, ao direito de fomentar a cultura, uma vez que o *funk* é cultura, não pode ser criminalizado e precisa ser legalizado.

E é isso que a Frente Nacional de Mulheres do Funk, como suas representantes nacionais, articula e busca. Porque, se não olharmos o *funk* como política pública e como garantia de direitos, vai acontecer o que sempre aconteceu: a violência policial, porque a única representação do Estado que o *funk* tem é a polícia. E o que nós não queremos é que

aconteça novamente o que aconteceu no dia 2 de dezembro de 2019, no baile da 17, onde aconteceu um massacre de nove jovens de Paraisópolis. Não podemos nos esquecer.

Então, para finalizar, e para abrir os caminhos dessa audiência que é totalmente relevante para a vivência da juventude preta e periférica que lembremos sempre que não queremos violência, não queremos repressão. A gente quer apenas o direito de ocupar as ruas como garante a Constituição, o Estatuto da Juventude, o ECA e todos os movimentos que existem e que acreditam em políticas públicas para os jovens. É importante e é nosso direito.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Renata. Gostaria de anunciar também a presença do Vereador Sidney Cruz na sala e do Vereador Delegado Palumbo, presentes aqui na nossa audiência pública. Eu vou pedir novamente para nos mantermos no tempo de quatro minutos para conseguir ouvir todos os convidados que temos hoje aqui, e são muitos.

Eu vou chamar novamente o CRESS, Conselho Regional de Serviço Social, representado pela Sra. Aparecida Mineiro do Nascimento, a Cida Mineiro. (Pausa)

A SRA. APARECIDA MINEIRO DO NASCIMENTO – Boa tarde a todos, a todas e a todes. Representando o CRESS São Paulo, saúdo a nobre Vereadora Elaine, em nome de quem cumprimento todos, todas e todes. Agradecemos o convite e viemos aqui falar sobre o PL 502/2017, que representa um retrocesso aos direitos das nossas crianças e adolescentes porque impõe a elas um toque de recolher que já acontece nas regiões periféricas da nossa cidade, situação que agora estão querendo legalizar.

Nós do CRESS São Paulo entendemos que os direitos das nossas crianças e adolescentes atualmente se realizam de modo distinto, a depender da condição econômica de cada sujeito. Há uma escancarada e vergonhosa distinção entre aqueles e aquelas que são filhos e filhas das elites e os e as que são filhos e filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras, assim como entre aqueles e aquelas que são brancos e brancas e aqueles que são pretos, pretas e indígenas.

Esse PL acirra a criminalização contra filhos e filhas da classe trabalhadoras. Nossas crianças e adolescentes precisam que o Município invista em políticas públicas que lhes possibilitem alternativas de escolhas para terem seu desenvolvimento pleno assegurado para que cresçam com dignidade. Precisam de proteção integram, e não de mais repressão. Obrigada pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Renato Almeida, da Associação Ação Educativa.

O SR. RENATO ALMEIDA – Olá, boa tarde. Agradeço a todas e a todos os presentes. Agradeço à Elaine do Quilombo Periférico pelo convite.

Acho extremamente importante discutirmos um projeto de lei como esse, que tem uma característica. A princípio, quando o lemos, ele pode dar a entender a muita gente da sociedade civil e mesmo para alguns Vereadores que se trata um texto que visa a proteger as nossas crianças, que vai promover uma proteção porque estará tirando as crianças de um espaço que não seria adequado para sua faixa etária, como é dito no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Primeiramente, já existe uma série de leis no Município e no País que protegem inclusive o acesso, que não permitem o acesso de crianças e adolescentes em determinados espaços públicos e instalações. Então, não haveria necessidade desse projeto nesse sentido. Quando lemos a justificativa do projeto, aí fica bem evidente o seu caráter bastante preconceituoso, inclusive se expressando como uma tentativa de criminalizar a expressão cultural do funk tal e qual uma série de outras ações que ocorreram na cidade de São Paulo.

No momento em que o texto diz – como a Renata Prado leu aqui – que o *funk* é um atentado contra o pudor, produz estupros, lembro que as atitudes violentas estão presentes nos mais variados espaços da sociedade. Aliás, tem crescido o feminicídio no País nos últimos tempos, num contexto de pandemia, em que as pessoas estão dentro de casa. Então, não é no baile que as pessoas estão sujeitas a isso; isso acontece em todo e qualquer espaço. O baile, inclusive, é um momento de encontro, de socialização importante de se garantir para a

juventude e para o conjunto da sociedade.

Há outro problema também que aparece na justificativa. Acho muito complicado um projeto de lei em que se justifica a necessidade de uma lei por meio de imagens e reportagens das mídias sociais televisivas e impressas. Há uma série de estudos sobre a juventude, sobre a condição juvenil que aponta que a grande mídia, a imprensa tem reforçado historicamente – não só hoje – uma série de estereótipos, de olhares preconceituosos, de estigmas em relação à juventude, sobretudo à juventude preta e periférica. Então, fazer uma lei embasada em notícias da grande mídia só reforça esses preconceitos todos que são propagados pela grande imprensa de modo geral.

O que a juventude preta e periférica precisa é sobretudo que se conheçam as suas demandas. Temos, na Secretaria de Cultura, por exemplo, uma série de políticas que dialogam com os desejos, com as demandas que são expressas pela juventude periférica. Então, acho que a gente precisa se ancorar mais nisso e não numa lei que só venha a reforçar uma lei que parte de uma série de pressupostos equivocados, seja em relação à própria expressão cultural do funk, seja em relação à juventude periférica.

Então, acho que seria muito importante inclusive a não aprovação desse projeto, para a gente garantir, de fato, políticas inclusive que protejam mais as nossas crianças.

Reforçando ao que a Sra. Renata falou, esse é um tipo de projeto que só tende a criminalizar, ainda mais, e provocar situações como aquela, na favela do Paraisópolis.

Obrigado e estamos aí para continuar no debate.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Registro a presença do Vereador Fernando Holiday.

Tem a palavra o Sr. Bruno Ramos, da Liga do Funk.

O SR. BRUNO RAMOS - Muito boa tarde a todos. Quero saudar a Presidente da Mesa, Sra. Elaine Mineiro, os Srs. Vereadores Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto e Dr. Sidney Cruz, e as demais autoridades que aqui estão. Quero saudar também todas as lideranças que estão à disposição de consolidar nossa ideia como movimento *funk*. Isso é

muito importante. Principalmente agradeço todas as falas que nos antecederam, que foram muito importantes.

Sobre as falas que vieram aqui, pela Sra. Renata e pelos Srs. Renato Almeida e Cida, é muito importante a gente lembrar que as periferias vivem um estado de exceção permanente. É a tortura, é a execução. Depois temos uma segunda morte, que é a condenação sem julgamento pelos meios de comunicação, conforme foi muito bem colocado pelo Sr. Renato Almeida. Ou seja, o Estado absolve esses policiais, essas pessoas que cometem esse tipo de atrocidade contra os nossos jovens periféricos, contra as periferias de um modo geral. Em seguida, se segue sem propor mudanças nas operações. Conforme foi muito bem colocado, falo da tragédia que aconteceu no dia 1º de dezembro de 2019, quando nove jovens perderam a vida pela negligência do Estado.

Então, o que eu preciso trazer para os senhores é que esses tipos de abuso, por parte do Estado, já vêm acontecendo há muito tempo, tanto pela grande mídia, tanto pelos políticos. Eu considero que essa ação proposta pelo Sr. Ricardo Teixeira também é uma questão de miopia política e miopia cultural, porque quando tentam responsabilizar o movimento *funk* pelo que está acontecendo nas pontas, é porque não entendem realmente de fato. E a gente está falando de lideranças que estão há mais de treze anos nesse espaço legislativo, com mais de 400 projetos de lei, e não conseguiram entender a complexidade da periferia.

Primeiro eu queria trazer para os senhores que o que acontece, nas periferias, não é problema do movimento, falo de ausência de políticas públicas. Se tocam *funk* nas periferias, é a linguagem que o jovem da periferia mais se identifica. Então, quando esses tipos de abuso que acontece, por parte do Estado, em tentar propor um projeto de lei, isso já aconteceu em outros momentos da história.

Em 2017, por exemplo, quando foi tentado passar, no Senado, por meio do site E Cidadania, pelo Sr. Marcelo Alonso, criminalizar o movimento *funk* como crime de saúde pública. Como o conselheiro nacional de juventude, estando, como articular nacional do

movimento, nós conseguimos envolver, dentro da comissão de parlamento, e conversamos com 54 Deputados Federais e 23 Senadores e fomos para essa audiência. A mesma pessoa que tentou propor esse projeto para criminalizar mais do que já é criminalizado o nosso movimento não esteve presente. Derrubamos essa proposta e, desde 2017, temos o Estado, cada vez mais... Falo em aglutinar essas lideranças, não somente na cidade de São Paulo, mas por todo o território brasileiro.

Estamos propondo agora, por exemplo, senhoras e senhores, um projeto de lei que reconheça o movimento como uma cultura popular; e criar o dia nacional do movimento funk, que foi chamado, no dia 27 de abril, uma audiência pública, quando havia lideranças do Brasil inteiro, tocado pelo Deputado Federal Alexandre Padilha, pelo Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando nós contamos um pouco da história do movimento *funk*.

Devo lembrar que o movimento *funk*, neste ano, completa cerca de 51 anos. A primeira festa que aconteceu foi no baile da pesada, no dia 12 de julho de 1970.

Hoje o movimento *funk* é a maior cultura periférica do mundo, com mais de vinte milhões; ou seja, o movimento tem, nos últimos dez anos, proporcionado mudanças estruturais significativas para os jovens das periferias.

Reforço aqui que respeitamos meus irmãos, que também vêm da caminhada do hip-hop. Não existe outra escola, ou melhor dizendo, as escolas mais importantes para os jovens das periferias, que dialogam diretamente com o contexto social, a politização, a educação, a disputa desse imaginário consciente, para que eles possam ter uma alternativa de vida foi, sem sombra de dúvidas, o movimento hip-hop, o movimento samba e o movimento *funk*. Devemos dizer aqui que o que está acontecendo, no dia de hoje, esse absurdo, não começa com o movimento *funk* e nem tão cedo vai terminar com o nosso movimento, enquanto a gente não ter mais sensibilidade e empatia.

E devo lembrar que empatia e sensibilidade é também uma construção política. Enquanto a gente não tiver empatia para discutir a questão do racismo estrutural e institucional dentro dessas instâncias de poder, seja Legislativo, seja Executivo, seja também o Judiciário, a

gente precisa levar esse debate para todas as instâncias, seja nos Poderes Municipal, Estadual e Federal, porque o que acontece conosco hoje são cem anos de criminalização da cultura negra.

Então, é um debate recorrente, que começa com o samba, passa para o hip-hop, e o que o movimento *funk* estamos sofrendo já é muito antigo. Nós nos precisamos nos colocar à disposição.

Eu acho que, assim, quando eu trago que é uma miopia política e cultural é porque esses legisladores não estão conseguindo enxergar a complexidade do que é esse movimento. Quando o fluxo acontece, dentro das comunidades, ele é um problema para as comunidades, mas também é resolução, porque nós trabalhamos com a questão da economia colaborativa, da economia solidária, autonomia do jovem.

E isso que esse senhor nos traz aqui não faz sentido nenhum! É mais uma tentativa de criminalizar o movimento que, historicamente, nesse meio século, já vem sofrendo essas pressões, seja pelo Estado, seja por parte da Polícia. O que eu não vejo é essas pessoas proporem projetos que estejam disponíveis e, primeiro, ouvir esses representantes para que se possa consolidar uma cultura realmente de paz. Nós temos direito e isso é garantido pela nossa Constituição no artigo 5º, que gostaria de ler um trecho.

No artigo 5º diz assim: “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residente no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prioridade nos termos seguintes...”

Então estamos falando de um movimento que representa 10% da população do nosso país, ou seja, 20 milhões e precisamos focar também na questão econômica. Os últimos apontamentos que tivemos é que as produtoras, que têm trabalhado a perspectiva financeira e de empregabilidade desses jovens, conseguiram ter uma receita, no ano de 2019, de quase cem milhões. Se o Estado pensar, a exemplo do que a Coreia do Sul pensou, em aplicar políticas públicas com esses movimentos culturais, isso também fomenta a cultura nacional para o desenvolvimento.

E, vejam, quando a cultura age, o setor hoteleiro trabalha, o setor gastronômico trabalha, o setor de mobilidade urbana trabalha ainda mais.

Peço desculpas pelo tempo excedido, Sra. Presidenta, mas eu queria trazer a minha insatisfação de como as coisas estão acontecendo, num momento em que a democracia está em xeque também. É importante, então, ouvir essas mulheres, como a Sra. Cida, por exemplo, a qual, com toda bagagem e com essa fala de calibre e envergadura, nos enaltece como movimento plural.

Como diria o saudoso Mr. Catra, o Movimento Funk é a cola da cidade partida e ele consegue conectar classes, questões de gêneros, enfim, todos os territórios, sem distinção de outras pessoas. É um movimento da diversidade e, por isso, convido todos, todas e todes para conhecer mais de perto o que temos feito em termos de propostas para desenvolvimento dessa sociedade. Muito obrigado. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Bruno.

Sr. Marco, do Projeto Meninos e Meninas de Rua está presente? (Pausa)

O SR. MARCO ANTONIO DA SILVA SOUZA – Só um instante, vou abrir a câmera.

Não estou conseguindo acessá-la, mas todos me ouvem? Vereadora?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Sim, estamos ouvindo bem, Sr. Marco.

O SR. MARCO ANTONIO DA SILVA SOUZA – Obrigado. Boa tarde a todos. Quero desejar boa tarde aos Vereadores Suplicy e Jair Tatto, em nome de todos os Vereadores que se encontram *on-line*, em especial, para a Vereadora Elaine: como é bom vermos nosso rosto no Parlamento.

Queremos agradecer a oportunidade e dizer, como o tempo é curto, dizer resumidamente que isso é para nós não é estranho, ou seja, projetos dessa natureza. Porque isso já é conhecido, essa história já é conhecida pelo povo negro, por negros e negras, pela comunidade periférica, pela comunidade indígena e, claro, também pela classe trabalhadora.

Veja aqui que a perseguição, a criminalização, dos indesejáveis, dos 'matáveis', é

histórica no nosso país. Então é muito importante para nós encontrarmos rostos, como os nossos, no Parlamento; cabelos como os nossos no Parlamento; ideias como as nossas no Parlamento. Esse é um momento histórico, apesar de ser também o momento quando a democracia fica em cheque, quando os setores mais conservadores avançam descaradamente com temas que nós achamos que a humanidade já havia superado.

E quero dizer, nesse momento, porque isso é histórico. Porque isso já aconteceu com a Capoeira, já aconteceu e fomos enquadrados – ainda somos em alguns lugares por aí – na lei da vadiagem. Pois, quem pegou os Black Power, nossa época dos bailes *black*, na saída ou na entrada, aquela preta e vermelha sempre enquadrado a gente simplesmente por sermos pretos e estarmos nos nossos espaços.

Já aconteceu com o hip hop, na associação do hip hop com o crime, dizendo que era um bando de bandidos, com apologia ao crime. Como isso vem acontecendo e aconteceu com o samba também, como foi relatado. E, agora, para esses setores, muitas vezes, e eu acho que não estão vacilando, não, acho que são projetos ideológicos de criminalização da pobreza, a criminalização dos pobres, a criminalização da comunidade negra e dos seus filhos.

Então nós entendemos que esse projeto é interessante do ponto de vista de como ele usa instrumentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei integral, uma lei super avançada, para jogar de recortes. Ele não pega o todo, por exemplo, Vereadores que nos assistem, a proteção integral. Acho que, nesse momento, de consolidação de políticas públicas, o mais importante é lembrarmos o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o mesmo do artigo 227, que foi uma luta da juventude pobre, de periferia, dos meninos de rua, dos meninos dos bailes *black*, à época, que vai dizer que é do dever da comunidade, da sociedade e do Poder Público - aliás, são vários direitos, mas vou relatar três-: cultura, esporte e lazer. Então a responsabilidade dos entes queridos, dos três órgãos que compõem o Estado formular políticas.

E na medida em que você diz que tem condições de proibir, querer proibir, manifestações culturais nascidas e desenvolvidas na periferia? Como pode proibir o baile que

acontece na rua da sua casa, sendo que é o único momento que se tem de lazer, quando, muitas vezes, há a omissão, e entendemos que as políticas direcionadas muitas vezes para a população da classe trabalhadora, especialmente à classe trabalhadora com subemprego, precarizada, são trabalhos e serviços muitas vezes de segunda categoria e, quando não há, pela falta de serviço, a própria comunidade vai construindo as suas manifestações, a sua resistência cultural, que é rapidamente absorvida pelo capital ou é criminalizada. Nós já vimos essa história. Pedi ao nobre Vereador que revisse esse posicionamento ao levar em conta pessoas que atuam, que estão na periferia, que são a periferia desde sempre. Eu acho que poderiam ser usados os artigos do estatuto para a se consolidar e avançar em políticas culturais, políticas de esporte, políticas de lazer para as crianças e adolescentes, aos jovens da cidade de São Paulo.

Obrigado, Vereadora. É um prazer estar com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Alessandra Silva, do Conselho Tutelar do Jardim Lajeado.

A SRA. ALESSANDRA SILVA – Boa tarde a todas e todos. Agradeço o espaço. Juntamente com o meu colegiado do Conselho Tutelar do Lajeado, estou aqui para registrar o nosso repúdio ao projeto de lei que criminaliza manifestações culturais populares, bem lembrado pelo Sr. Marcos. Essa perseguição já aconteceu muito mais acirrada com o hip hop e com o samba, manifestações populares do povo negro.

A gente entende que essa política que está sendo feita não é voltada para as comunidades, assim como deveria garantir o ECA. A parte pior desse projeto de lei é a justificativa, cuja visão é segregacionista quando diz, também muito bem lembrado pelo Renato, que formou uma visão através de reportagens e cita os artigos 74 e 75 do ECA, que dizem do dever do Poder Público de regular diversões e espetáculos públicos. O ECA, essa lei tão importante conquistada a duras penas pelo povo dos movimentos, é citado em favor próprio, em favor de uma política que retrocede.

Antes de se falar em proibição, uma palavra que deveria ser extinta, deveríamos

falar em o Poder Público garantir direitos fundamentais. A garantia de direitos está no artigo 227 e está no artigo 4º, porém esse projeto de lei diz que o foco é que a criança e o adolescente não sejam expostos a ambientes inapropriados. E eu digo que o que é inapropriado é a política genocida que está sendo realizada e a ação repressiva da Polícia nas comunidades. Isso é inapropriado. A gente tem um território gigante onde não é feito um censo para saber da população do Lajeado há mais de dez anos. Segundo o último censo, esse território estava com mais de 164 mil habitantes, e quando procuramos por políticas no território, achamos um CAPS Infantojuvenil.

A gente sabe que o uso de entorpecentes e o uso de álcool por crianças e adolescentes não acontece somente no baile *funk*, que, na verdade, é a única manifestação, o único espaço de lazer e de cultura que essa garotada tem. Ele é feito em todos os locais e não há uma fiscalização nesses locais onde é feita a venda dessas substâncias. Então, não tem uma articulação para se fazer essa proteção real à criança e ao adolescente, que tem direito, sim, de ocupar espaços públicos e participar de manifestações populares. A gente vai lutar para que essa proposta seja derrubada imediatamente por considerá-la inconstitucional.

Vou conceder o meu último minuto de fala ao meu amigo de colegiado.

O SR. SILAS – Boa noite a todas, todos e todes. Primeiramente, eu quero dizer que nenhum dos 267 artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser usado contra essa mesma população. Quando essa lei foi criada em 1990 pela sociedade civil, foi pensando na liberdade e em romper com o conservadorismo e com essa ideia moralista. Por esse motivo, nós nos colocamos contrários a esse projeto de lei, baseado, como a minha companheira bem disse, na avaliação de sua inconstitucionalidade.

Agradeço a oportunidade e o convite à Vereadora Elaine Mineiro do Quilombo Periférico.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Silas. Obrigada, Alê.

Tem a palavra a Sra. Jéssica, da Uneafro Brasil.

A SRA. JÉSSICA FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento a Vereadora Elaine, agradeço o convite à mandata do Quilombo Periférico e saúdo também a sua atuação na luta incansável pela vida da juventude negra, assim como faz a Uneafro Brasil, movimento que construímos juntos através da educação popular.

Estamos aqui falando de um projeto de lei racista, ilustrado no site do Vereador com símbolos que remetem aos bailes funk que acontecem nas periferias do nosso país. Territórios que são, em sua maioria constituídos por pessoas pretas e bares frequentados por jovens negros e, por isso, assim como o samba, o RAP e tantas outras manifestações culturais negras, são criminalizados. Esse é o público ao qual o PL se destina. Seu texto se torna perverso sem a afirmação de quem são os jovens e as famílias que serão afetadas pelas medidas propostas. Essa juventude tem cor e território. O que não tem são condições de desenvolvimento cultural, político e intelectual. São raros os aparelhos culturais e de lazer nas periferias, fazendo das construções coletivas uma saída, ainda que também precarizadas pela falta de recursos.

Em sua justificativa está escrito que o baile funk é um local com exposição de nudez, consumo de drogas, bebidas alcoólicas e incentiva atos violentos e que para garantir o pleno funcionamento do ECA e da Constituição Federal irá assegurar que crianças e adolescentes não sejam expostas a ambientes inapropriados a seu desenvolvimento, mas não leva em consideração que esses mesmos jovens estão muitas vezes vendendo bala, chiclete, cigarro, entre outras coisas nos bailes que acontecem no Centro da Cidade ou até mesmo vivendo na rua.

Essas condições não são debatidas e nem parecem ser prioritárias ao Município. A grande questão é: como se dará esse processo? Essas multas vão transformar a realidade dos nossos jovens? Quem protege as nossas crianças?

O que deveria ser debatidos são as violências promovidas pelas medidas de segurança pública. O PL garante proteção, assim como dizia a prerrogativa da ação policial na favela de Paraisópolis, em São Paulo, em 2019, que matou nove jovens em baile funk e a

favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que matou neste ano 25 pessoas, em sua maioria jovens.

Trago aqui alguns desses nomes para que a gente nunca esqueça desses jovens. Em Paraisópolis: Gustavo Xavier, de 14 anos; Marcos Paulo Oliveira dos Santos, de 16 anos; Denis Henrique, de 16 anos; Luara Victoria, de 18 anos. No Jacarezinho, trago aqui o nome de Caio da Silva Figueiredo, 17 anos; e de Jonathan Araújo da Silva, de 18 anos.

Também quero recordar que ontem, dia 2/06, completou um ano da morte do menino Miguel, mais uma vida negra negligenciada. A Coalizão Negra por Direitos também realizou atos simbólicos para que a gente não se esqueça dessas vidas e que a gente jamais esqueça que as vidas pretas, indígenas e faveladas das nossas crianças importam.

A possível aprovação dessa lei é mais um mecanismo político que criminaliza a cultura do funk da periferia, a pobreza e que reafirma o estereótipo de que o lazer nesses territórios está associado ao tráfico de drogas, ao uso de álcool e a sexualização de crianças e adolescentes validando também ações violentas da polícia de São Paulo nos bailes das favelas.

Precisamos de políticas intersectorializadas que garantam a proteção das crianças e dos nossos adolescentes priorizando a atuação conjunta com as redes de proteção que surgem dos territórios, muitas vezes através dos próprios jovens. Poucos são os projetos de leis propostos que promovem a efetiva garantia dos direitos de crianças e adolescentes que muitos se dizem zelar pelo ECA. Direciono também essa fala juventude negra periférica e favelada a nossa cultura e as nossas proposições de mundo que coletivamente a gente vem anunciando.

Encerro também dizendo que o movimento negro segue lutando para que os nossos jovens não morreram nem por vírus, nem de fome e nem de bala. Para que eles olhem para leis como essas e identifiquem que é preciso lutar pelo direito da sua geração para que outros também possam existir.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Jéssica.

Sr. Jorge Artur, do Fórum Estadual dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes.

O SR. JORGE ARTUR CANFIELD FLORIANI – Boa tarde.

Sou membro da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudo sobre Drogas, Abramd. Represento a Abramd no Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e também no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

Primeiro, muito obrigado por participar. É um prazer estar com a nobre Vereadora e nobres Vereadores. Fui assessor da Vereadora Aldaíza Sposati. Nunca entendi porque era nobre Vereador, nobre Vereadora e acho isso interessantíssimo.

Agora, vemos nesta escalada de autoritarismo o Estatuto da Criança e do Adolescente ser, como já foi falado, lido em uma chave heurística, em uma interpretação absolutamente ligada ao código de menores de 1979.

Então, estamos vendo a utilização do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é fundamental no melhor interesse de crianças e adolescentes ser utilizado com objetivos autoritários e que mascaram a realidade brasileira. É impressionante na justificativa quando se diz: “O SAMU não chega ao baile funk.” Engraçado, mas o caminhão de cerveja chega, a polícia chega e chega matando, atirando e provocando. Que forma é essa que o Estado Brasileiro quer participar nessa tarefa que é um dever da educação das nossas crianças e adolescentes?

Essa questão cultural do *funk* tem um processo educativo que é da maior importância e que tanto o Fórum Regional da Sé de Direitos da Criança, o Fórum Municipal da Cidade de São Paulo e o Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente fazemos questão de nos manifestar contra esse projeto autoritário e, principalmente, essa escalada autoritária sobre a vida das crianças e dos adolescentes - mormente aqui na questão do *funk* – negras. Isso é extremamente importante.

Entramos na Câmara Municipal com o Projeto 253/21 propondo uma política

pública de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua e contamos nesta mandata do Quilombo Periférico para nos ajudar nessa tramitação. Inclusive nosso querido Vereador Suplicy é um dos autores desse projeto que assina com a Vereadora Juliana, Vereador Carlos Bezerra para que possamos ter uma política pública de Estado para crianças e adolescentes em situação de rua, que atinja crianças do Estado todo, porque nós temos, tanto nas situações metropolitanas, litoral e cidades do Estado de São Paulo inteiro, vindo para São Paulo estarem em situação de rua.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada.

Registro a presença da Vereadora Luana Alves.

Tem a palavra o Sr. Sidnei Ferreira da Silva, do Cedeca Sapopemba.

O SR. SIDNEI FERREIRA DA SILVA – Boa tarde, gente. Eu queria agradecer muito o convite em nome da Elaine e da Débora. Aqui estou representando o Cedeca Sapopemba; do Fórum da Criança, de Sapopemba também; e do Observatório de Violência e Reflexos da América Latina.

Antes de tudo, lamentamos a elaboração desse tipo de projeto e que ainda busca fundamentação no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas interpretações equivocadas acabam sendo um grande problema para as regiões periféricas. E como já foi amplamente relatado aqui, nós sabemos o que está por trás, ou melhor, o que está explícito em projetos desse tipo, que é segregação, criminalização, preconceito e mais e mais violência.

Então, nos colocamos contra este projeto. Repudiamos essa ação e esperamos uma revisão de quem propõe. É isso, gente, para não me alongar.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Cátia Dias, da Associação Rolezinho.

A SRA. CÁTIA DIAS – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero, aqui, cumprimentar a Vereadora Elaine do Quilombo e, na pessoa dela, cumprimentar todos e todas, fazendo uma saudação especial ao Vereador Suplicy e também ao Vereador Jair, que já abriu as portas da

Câmara Municipal e de seu gabinete para ouvir o movimento do *funk*.

Então, a minha fala aqui... e também quero corrigir, porque também estou na Associação Rolê nas Quebradas. E eu quero aqui hoje, neste momento, não quero nem falar... agradeço ao convite a partir do espaço social que vocês me convidaram, mas eu quero falar enquanto mulher, preta e mãe. E no lugar de mãe, me sentindo mãe de todos esses jovens que estão dentro desse movimento do funk, porque eu acho... Acho não, tenho certeza e convicção de que nós só vamos conseguir entender o funk, conseguir colocar alguma coisa na cabeça de alguns Vereadores e Parlamentares que trabalham com as leis... de que essa juventude precisa ser ouvida. Cadê o Movimento Funk nesta audiência pública? O Movimento Funk que eu digo não é desrespeitando o Bruno nem a outra menina que falou sobre a questão da Frente de Mulheres do Funk, porque é muito importante ter esses espaços para que esses jovens se organizem, para que o pessoal da Ação Educativa, que cedeu espaço para a Liga do Funk fazer ali a junção para receber os jovens... Porque eles não têm espaço. O jovem não tem espaço de cultura e de lazer. Aí, vem um cara, vem um Vereador, com a cabeça, com a mente brilhante querendo criar um projeto de lei que coloca, cada vez mais, as crianças e jovens encurralados na periferia, porque é o único espaço que eles têm. Primeiro, que jovem não tem dinheiro para poder ir para o Centro da Cidade curtir balada, porque só os de classe média e classe média alta que conseguem, e olhe lá. E, aí, o único espaço que a galera tem na quebrada para poder fazer um rolê, para poder fazer um lazer depois de um dia de luta, porque nem trabalho está tendo, nem comida está tendo para as pessoas, aí vem um Vereador que, em vez de pensar em criar um PL para dar comida para as pessoas, pensando na questão da Covid, pensando na questão da vacinação – que é o nosso povo preto e pobre que está morrendo na periferia, porque não tem acesso à saúde, não tem acesso a nada -, ele vem com essa mente brilhante para criar este projeto de lei. E, aí, eu vou falar uma coisa aqui que, talvez, ninguém parou para pensar: nós sempre estamos falando muito em genocídio, em mortalidade da juventude negra. Eu vou falar uma coisa para vocês. O povo acha que o *funk* é desorganizado. Primeiro, que não é. É um movimento que resiste até hoje sem ninguém para

poder orientar... Eu sou de partido político, eu sou de sigla partidária. Eu sou militante há 30 anos de partido político e de movimento negro. Ninguém tem uma organização como a galera do *funk* tem. Ninguém. E vou dizer mais: só entra na quebrada e na periferia para fazer campanha quem eles querem, quem está com eles, quem dá a mão para eles e é por isso que, talvez, o Vereador aí deve ter tido essa brilhante ideia, porque ele não tira voto de lá, a galera não deixa ele contabilizar os votos. Então, ele: “Vamos massacrar. Para que eu vou deixar o Movimento existir se eu não consigo contabilizar politicamente lá dentro?” Como eles aparelharam as escolas de samba, como esse gripe aí aparelhou as escolas de samba no Município de São Paulo.

Mas, enfim, são debates muito mais amplos que nós podemos falar, aqui, da história da capoeira, do samba, da criminalização, do genocídio, mas eu acho que nós temos de ouvir esses jovens e que eu quero que fique aqui como proposta de encaminhamento.

E, para finalizar, eu vi que o Vereador não entrou. Ele propõe a lei, tem uma audiência pública para discutir sobre o PL, que ele coloca, e ele não participa. Isso tem de ficar registrado e eu acho que todo mundo tem de se manifestar aqui como uma questão de repúdio ao comportamento do Vereador. E quero propor a ele para nós também pensarmos um projeto de lei para as raves dos ricos, que vão lá, que têm as drogas. Vamos colocar um projeto de lei também, vamos nos sentar e discutir, porque só os pobres e pretos da periferia têm que ser massacrados e encurralados.

Quero agradecer a participação, mas acho que o movimento, as pessoas do *funk*, as quebradas têm de ser ouvidas. Na Gestão Haddad fizemos um belíssimo trabalho e, inclusive, surgiu Bruno Ramos, veio dessa construção, porque era de Subprefeitura em Subprefeitura, nós não dormíamos, porque ouvíamos os jovens do *funk*. Foi uma proposta que veio do companheiro Chico Macena: olha, vamos ter de saber o que o povo do *funk* quer. Falei, tudo bem Chico, então vamos trazer os meninos para dentro da Prefeitura e das subprefeituras e as coisas aconteciam. Os meninos apontavam os locais para fazer os eventos, o Bruno está aqui e não me deixa mentir, para fazer as atividades culturais, participavam mães, crianças,

todo mundo, com horário.

E os Vereadores desta Casa sabem desse projeto, porque muitas vezes o ex-Prefeito Fernando Haddad ia defender, os Vereadores do PT, o Vereador Suplicy acompanhou, inclusive, a questão da Leste, quantas vezes vi o Vereador Suplicy acompanhando. O Vereador Reis, eu mobilizei os jovens de *funk*, inclusive, a Liga do Funk, e coloquei todo mundo dentro da Câmara Municipal e foi no dia que o Vereador Reis criou o Dia Municipal do Funk, e depois saiu o Dia Estadual, enfim.

Então quero me colocar à disposição para construir, para mobilizar os meninos, o Bruno está aqui, dar a mão para o Bruno, dar a mão para todo mundo, dar a mão para os Vereadores, mas precisamos ouvir essa juventude. Já fomos jovens e sabemos muito bem que não gostávamos de ser tutelados, essas crianças não querem ser tuteladas. Vamos colocá-los como participantes desse projeto porque eles vão assumir as responsabilidades junto com a gente.

E esse Vereador aí, a galera do *funk* precisa encontrar com ele e falar o que realmente é o *funk* na periferia. Então fico aqui à disposição, desculpem ter me alongado. Estou muito feliz porque precisa ter essas iniciativas, não para discutir somente sobre o *funk*, mas sobre várias frentes, sobre as mulheres, enfim, e estou sempre à disposição.

Muito obrigada.

(NÃO IDENTIFICADA) - Só para informar, o Sr. Eduardo Dias, do Ministério Público, está presente na sala.

E só pedir para a Cátia, você pode, por favor, repetir, você é de qual organização?

A SRA. CÁTIA DIAS – Rolê na Quebrada.

(NÃO IDENTIFICADA) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vou passar a fala para o André e já falamos com o Promotor de Justiça.

André Nascimento está presente?

O SR. ANDRÉ NASCIMENTO – Boa tarde a todos, meu nome é André, alguns me

conhecem como Magro Zero 11 e segue abaixo uma carta que fiz direcionada ao Vereador após saber desse PL etc.

Sou Analista de Sistema e já que vivemos num mundo em que dinheiro dita tudo, tenho um salário maior do que 96% da população e sem ajuda de herança fiz uma aquisição recente de um apartamento no Bairro da Vila Mariana, um dos melhores de São Paulo.

Por que inicio com tanta prepotência o meu discurso? É simples, frequentei baile *funk* de 2007 a 2011, de forma assídua. E ainda hoje passo por um evento ou outro para ver como anda o movimento, e não me impediu de ser alguém no mercado de trabalho.

Assim como eu, 99% dos meus amigos que também frequentavam se tornaram trabalhadores, pais de família ou qualquer coisa que não consideramos criminosa. Existe uma fatia de pessoas que foram para o lado do crime sim, mas foram por causa da vida e transtorno e não por terem sido influenciados por baile *funk*.

É engraçada até mesmo a criação desse projeto, pois causa uma impressão de que o baile *funk* é um problema da periferia, quando na verdade é só um entretenimento de um resultado social, pois de forma cômica os problemas em suas raízes não vejo ninguém criando projeto para tratar.

A justificativa do Ricardo Teixeira: os bailes tornaram-se atrativos para crianças etc., por meio de imagens e reportagens na mídia televisiva e imprensa. Aqui faço um primeiro apontamento, de verdade que ele está criando um projeto para uma área específica, no caso a periferia, baseando-se em reportagem que não está lá nunca, ao invés de fazer uma pesquisa que englobe número suficiente para estudo científico de fato, está pegando um caso de exceção que pensa como ele e jogando como se fosse uma verdade absoluta. Vejo que o que temos aqui na favela de pobreza financeira e material falta em intelecto e bom senso em outras pessoas.

Continuando no PL, ele continua dizendo que o baile *funk* é um local com exposição, nudez, consumo de droga, bebida, incentivo a atos violentos, estupro etc. Primeiramente, exposição de nudez é uma referência às roupas que as pessoas usam ou à

forma que elas dançam? É esperado que num evento de entretenimento em que há dança e música como qualquer festa, aconteça de existir pessoas que vão em busca de outros para se relacionarem. A vestimenta e a dança fazem parte da sedução desde sempre. O fato de ocorrer de uma forma diferente da que ele está acostumado não quer dizer que seja inferior, que deva ser descartada, porque não saímos daqui para dizer o quão cafona nos parecem suas formas de festa de gala regadas de champagne, caviar e hipocrisia, para acabar no final da noite fazendo o mesmo que nós, gozando.

Consumo de drogas e bebida alcóolica me fazem enxergar que ele nos vê como bestas, ignorantes, selvagens, sem capacidade de raciocínio, porque não é possível que essa justificativa se aplique nos bailes *funk* e não em baladas como Villa Mix, ou qualquer rave que rola o tempo inteiro com o aval do Estado permitindo. Em todos esses lugares vem um banho de álcool, droga a rodo e tudo o que biblicamente atrelaríamos a Sodoma e Gomorra. E por algum motivo especial esses eventos continuam ocorrendo sem nenhum tipo de projeto para vetar.

Sobre estupro, demasiado prossigo, faço aqui um convite para colocar uma câmera escondida em mim, eu entro em qualquer baile *funk* de São Paulo procurando sexo na rua como descrito no projeto. Se depois de meia hora andando dentro de um evento não encontrar nada, vocês retiram essa tentativa burocrática de remover nosso entretenimento. Com certeza escondido em alguma viela ou dentro de algum carro vou achar um caso ou outro, mas nada que não ocorra em nenhum evento como no Anhembi ou banheiro de qualquer balada. Inclusive, sobre violência recente temos o caso de uma *influencer* famosa que foi violentada por empresário numa balada de alto padrão e não em um baile *funk*.

Gostaria de salientar que o que ocorre no *funk*, nas letras, não é um problema do baile *funk*, é um problema social. Se o cara objetifica a mulher na letra, não é porque ele é funkeiro, mas porque ele é homem numa sociedade em que o consumo pornográfico e todo ato machista é tido como normal; e se vangloriar nesse tipo de coisa está presente em qualquer roda masculina, não importa a classe social.

Se ele fala do crime ou de drogas, também não é um problema do funk, mas porque onde ele vive, saindo do portão de casa, ele tem acesso a isso. É impossível que eu fale de amor se eu só vejo desgraça; é impossível que eu fale da Garota de Ipanema, se o que eu vejo são balas cravadas em muro sem reboco.

Então, questiono ao Vereador: Por que ao invés de criar esse tipo de projeto ele não convida pessoas de favelas distintas e pergunta qual o melhor para elas e o que, de fatos, nós precisamos? Que tal abrir um espaço regulamentado para que essas pessoas possam ter acesso e se divertir como qualquer cidadão com o mínimo de dignidade, a preços populares? Todo mundo tem semana árdua de trabalho e precisa de um tempo para dissipar o estresse. Crianças e adolescentes daqui, de fato, não têm espaço para ocupar, por isso ocupa a rua. Infelizmente alguns têm iate, carro esportivo e ilha para fazer, e outros têm a esquina de casa. E lembre-se: Hitler frequentava ópera.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Eduardo Dias, Promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo.

O SR. EDUARDO DIAS - Boa tarde a todos e a todas. Eu sou, na verdade, membro do Ministério Público há 32 anos, hoje estou como Procurador de Justiça na área cível e atuei todos esses anos na área da infância, na área de direitos humanos e nas assessorias de Procuradores Gerais, inclusive um deles chegou a Secretário de Segurança, Dr. Grella, de 2012 a 2014.

Na verdade, quando vi o convite, falava a alguém do Centro de Apoio Operacional e perguntei ao Sr. Júlio, que me mandou, quem viria do Centro Operacional. Estou aqui muito mais como um cidadão, Professor da PUC, da área de Direitos Humanos e Infância e tendo tido também no Ministério Público a experiência de ter trabalhado com o tema dos bailes funks, também na Secretaria de Segurança Pública.

Sobre a fala que me antecedeu, do Sr. André ou do Sr. Jorge Artur, sobre o PL que coloquei aqui, que o Coletivo Quilombo assinou, por meio da Sra. Elaine; e o Vereador Suplicy

também assinou e esta semana também houve uma reunião sobre o tema deste PL, que é de 2017.

Infelizmente, o tema “Infância” é usado sim para tudo, como falar “Ah, esse é Direitos Humanos”. Então, é como falar das cruzadas em nome de Cristo, em que houve muito sangue, muita morte. E, às vezes, é usada a desculpa da proteção da infância para realmente colocar medidas de censura, medidas drásticas. Estamos escrevendo a experiência de 2017, do que aconteceu na peça em Jundiaí, especialmente no que atuamos, no caso Omã.

Nessa perspectiva, eu lembro a vocês que houve a primeira tentativa que emplacou depois na ALESP: foi o projeto do então Deputado Estadual Camilo, hoje atual Secretário de Segurança Pública na Subdivisão que ficou com a área da PM, sobre a questão dos sons, também dos bailes.

Naquele momento, nós estávamos em 2012 indo para Promotoria preocupados porque aquele PL já feria, entraria em conflito, em rota de colisão, com a Emenda Constitucional 65, com o Estatuto da Juventude, que só entrou em vigor um ano depois de aprovado. E aquilo que o ECA não conseguiu fazer no que diz respeito ao direito ao lazer, cultura e acesso ao esporte, o Estatuto da Juventude complementou. Então o ECA só tem sobre isso o art. 16, Inciso IV, e o art. 59; e não é muito claro.

Quando o ECA fala de lazer, acesso à cultura e bem, ele reproduziu regras de restrição ao particular, então a criança, o adolescente, não pode entrar onde tem bilhar, a criança ou o adolescente não pode ter acesso a filme pornô. São regras restritivas endereçadas à iniciativa privada e aos pais.

No que diz respeito ao Poder Público fazer políticas públicas de lazer, de cultura e de esporte, o ECA foi muito pobre: somente o art. 59. O Estatuto da Juventude já vinha com uma premissa e um princípio informador fundamental e um dispositivo que dizia o seguinte: É dever do Estado, das políticas públicas e privadas, zelar para que tenha política para o tempo ocioso do jovem, zelas para que tenha cultura e lazer efetivo; fala do esporte de alto rendimento, do esporte de lazer. Então, o Estatuto da Juventude é uma maravilha.

Para a molecada de 15 a 18 anos, o Estatuto irá dizer que se aplica a lei mais protetiva. Nessa parte, é muito mais protetivo e garantidor do direito à dignidade a cultura o Estatuto da Juventude, então ele se aplica. Com base nisso, foi instaurado um procedimento junto com o colega de Habitação e Urbanismo, o Sr. Freitas, mais o pessoal de Ambiental, mais a área criminal de Ambiental, com esse enfoque que vendo o macro dos pancadões na Capital, essa cidade país de 12 milhões de habitantes: é uma Portugal.

Portugal tem 11,7 milhões; a Grécia, 10,5 milhões; e São Paulo, 12 milhões. E a indagação era: as pessoas realmente se incomodavam com o barulho e tudo, no final de semana e tal, questão de dormir e tal, mas aí se perguntava o seguinte: “Nos anos 70, até meados dos anos 80, tinha na periferia os centros de forró Asa Branca, Maringá, as casas de samba, as escolas de samba em outros centros; mas a moçada não ficava muito na periferia, salvo no período de carnaval, nesses centros de agremiação de samba; eles iam para outros lugares.

A possibilidade de ocupar a rua, de fazer da rua um espaço, de ocupar os espaços, isso vem efetivamente em São Paulo, vindo do Rio, em meados dos anos 90, final dos 90 para 2000; e não tem volta. O Luiz Eduardo Soares escreveu um livro, o No Ritmo do Tamborzão, em que ele fala isso e faz o comparativo com as escolas de samba – e que já está acontecendo. Porque, hoje, se vocês forem em festa de 15 anos, em algumas festas de autoridades quando tomam posse, depois que saem os velhos, o que rola lá é o *funk*. E o *funk* está presente. É a discussão da apropriação cultura. Agora, esse *funk* raiz, essa questão da periferia. E, obviamente, se eu vejo, eu vou refletir no *funk* como eu reflito no samba e nos vários tipos de *funk* e de samba aquilo que eu vejo. Então nós tivemos esse contato, que virou o que a meninada chamou, aqui, a Cátia falou: *funk* gourmet, ou pancadão gourmet.

A Prefeitura tentou organizar isso um período. E nessa organização da Prefeitura, eu participei de uma reunião com o Dr. Fernando Grella, como Secretário de Justiça, com o Prefeito Haddad, com o Secretário de Esportes, o Jatene, com o Secretário de Educação, em que nós dizíamos: os gráficos do Copom, atendimento 190, entre sexta-feira à noite e a

madrugada de domingo para segunda, chegaram a ter em média dois mil chamados para ver pancadões. Isso chegou a cair 800 com uma técnica que se chamava ocupação prévia, para evitar formar o movimento, porque quando ele forma não tem muito jeito. E o que ficava? A população dizendo: “Foi lá a polícia, conversou, voltou. Foi tomar dinheiro”. Outros, essas tragédias que acontecem, como aconteceu, na época, em Paraisópolis, que até carcaça de bomba trouxeram para o nosso gabinete, na Secretaria, e uma delas não estava nem disparada, tinha ainda a espoleta da carga de gás, que precisou vir o GATE retirar e fazer a explosão. A Marisa Feffermann, que trouxe com o movimento. E pessoas minhas perderam o olho, outros morreram. E aí essa tentativa foi: “Olha, tem um limite. Então a área da segurança”, e também é uma grande falha da cultura, da nossa estrutura social, política, jurídica, administrativa, é que para a periferia só vai a polícia, não vão as outras secretarias, não vão as outras práticas. Primeiro quem vai é a Polícia Militar. E alguns da elite ainda achavam, como um que agora, o ministro aí do... O “Desministro” do “Desgoverno” na área de meio ambiente, que achava que para a periferia só deveria ir o rabeção do IML. Só recolher corpo. Então o que é que fica nesse sentido?

O Prefeito ouviu, conversou com os secretários. E aí vem de tudo. Alguns falam: “Mas vai fazer da escola isso?” “Não, qual é a alternativa cultural? O que estamos discutindo é cultura.” Qual a alternativa cultural? Eu tenho de ter, sim, o funk, tem de ter os bailes, mas também tem de ter outras alternativas. E mesmo isso, falar: “O tráfico, tal”. Olha, não existe espaço vazio. Não existe espaço de poder vazio. Se o Poder Público não atuar, se a sociedade organizada não ligada ao crime não atuar, o crime vai atuar, sim, como ele atua oferecendo mercado de trabalho para o adolescente sem perspectiva, que é a dimensão do adolescente no narcotráfico não só como ato infracional, mas como uma das piores formas de trabalho infantil, que só agora tem sido feita uma discussão com o apoio do Cebrap. São Paulo, Minas, Rio, todo mundo discutindo isso: que o jovem recrutado pelo narcotráfico é um autor de ato infracional, porque está na lei, é crime ato infracional, mas é preciso ver esse jovem, o adolescente, na perspectiva de estar inserido numa das piores formas de trabalho infantil. Isso

é claro na prostituição, isso não é claro no tráfico. E isso nós mapeamos em 91 na região perto do aeroporto. Eu pus num mapa, com uma outra colega. Em três semanas, vários jovens presos nos mesmos quarteirões. Foi onde perguntamos: “Cadê o inquérito policial, doutor? não tem inquérito. Por que não tem?” “Porque é ato infracional. Ato infracional a gente faz o B.O. e manda para o fórum”. Ah, quer dizer que é o jovem que trouxe da Colômbia, é o jovem que trouxe do Paraguai? Ele que cuida do sistema de segurança e distribuição e ele que aplica o dinheiro? Alguns meses depois, desmontado o primeiro *drive-thru* de droga da capital, onde se pagava num lugar e se recebia o dinheiro em outro. E as pessoas iam com todo tipo de automóvel. Então essa perspectiva está numa questão cultural. E chama a atenção.

Esse projeto, o primeiro, que foi aprovado na Câmara foi aprovado, depois, na Assembleia. E pasmem: um dos projetos foi aprovado, me parece... Não sei se é toda essa perversidade, mas no dia 10 de dezembro, se eu não me engano, de 2015. Quer dizer, olha a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos: aprovar uma lei daquele porte. E essa lei, ainda que ela seja aprovada, não vai ter efetividade nenhuma, porque não tem quem organizar. E o que vemos em vários bairros, não apenas na extrema periferia do extremo sul, extremo leste, mas já num cinturão – Jabaquara, Mooca –, o que são: comércios que ficam fechados durante o dia e abrem só para aqueles eventos. Então tem uma outra rede que também está lá convivendo com isso, e o Poder Público fazendo de conta que não vê. E achar que proibir a criança vai dar um jeito na balbúrdia administrativa.

O que vai dar jeito é investimento pesado em áreas de lazer, em áreas próprias para esses eventos, em áreas próprias para os encontros. E, de vez em quando, organizar a bagunça. Falar assim: “Ó, meu, não dá para ter todo final de semana no mesmo bairro, no mesmo quarteirão”. O trabalhador precisa dormir, a criança pequena também precisa dormir, o ancião precisa dormir. Mas dá para fazer um rodízio. E dá para todo mundo saber onde vai ter. E dá para o pessoal se organizar.

Esse procedimento mapeou toda a capital. Foi feito isso. Agora eu me esqueci o nome, tem até no celular, que foi Secretário, depois ele começou isso no Anhembi, no

Paulistur. Depois foi para a Secretaria da Igualdade e foi trabalhando nessa perspectiva na Gestão Haddad, mas, no final, nos últimos oito meses da Gestão já caiu o investimento nessa área, e esses eventos deixaram de ser organizados.

Pela conclusão, essa legislação ainda que tenha conseguido tramitar passando por Constituição e Justiça, acho que nas outras Comissões ela deve ser revista ou em plenário, porque não vai resolver nada e, ao invés de pensar em dar perspectiva para o jovem, para a criança, para o adolescente, vai se restringir – e é um movimento que não tem volta, assim como não teve volta o Samba. É uma forma de manifestação musical, cultural, que está aí.

Desculpe-me, pessoal, se eu me excedi, porque tem os MCs Mirins que é outro mundo, outro universo, onde um chegou a ganhar em três meses de monetização 280 mil reais, e o jovem mesmo não sobrava com um tostão.

Obrigado. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Dr. Eduardo.

Tem bastante gente na audiência. Temos os Vereadores para fazerem a sua fala, inclusive, anuncio a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

Vou passar a palavra aos Vereadores que quiserem se manifestar. Vou chamar pela ordem em que vi os Vereadores entrarem na audiência, mas queria inverter a ordem, caso o Vereador Delegado Palumbo, que é o Relator do projeto, queira fazer uso da palavra primeiro. Lembrando que devemos falar brevemente. Depois, teremos mais uma rodada de convidados para falarem. Sejam breve porque precisamos encerrar a audiência em razão do início da sessão plenária da Câmara.

Vereador Delegado Palumbo, gostaria de falar sobre o projeto? (Pausa) O Delegado Palumbo ainda se encontra em audiência? Saiu da sala.

Então, eu gostaria de perguntar o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy se quer fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, eu gostaria de cumprimentá-la pela iniciativa tão positiva. Eu até quero lhe dizer que

quando foi 13h15 eu pedi ao Vereador Ricardo Teixeira se poderia fazer a gentileza de me ligar. Ele disse que estava numa consulta médica, mas que iria retornar. Então, escrevi para ele: “Avalio como importante que possa participar da audiência pública que a Comissão de Finanças está realizando sobre o seu Projeto 502/2017 sobre os bailes funks. Abraços. Eduardo Suplicy”. Enviei as 13h46 e disse que nossa audiência, provavelmente, vai até 15h. Portanto, se ele quiser comparecer, eu acho que será muito bem-vindo que ele possa externar o seu ponto de vista.

Ontem, eu liguei para o Bruno Ramos, na hora que soube que iria haver esta audiência, e avalei que seria muito positivo que eu possa estar aqui.

Quando Senador ou quando Secretário de Direitos Humanos, eu fui convidado pelo Bruno Ramos para ter um diálogo com os jovens da Liga do Funk. Não sei se a Vereadora Elaine teve essa oportunidade, porque eles me colocaram lá na chamada, uma espécie de cadeira elétrica, daí, se abria a oportunidade para cada jovem fazer a pergunta que quisesse. Eu achei tão interessante aquela convivência e, muitas vezes, dialoguei, compareci a alguns bailes funks.

E fiquei um tanto assustado com essa proposta do Vereador Ricardo Teixeira.

Quando aconteceu aquele episódio de dezembro de 2019, salvo engano, em Paraisópolis, em que 9 jovens foram, infelizmente, mortos, e seus nomes foram aqui lembrados muito bem. Eis que eu fiquei tão preocupado e fiz pronunciamentos na Câmara Municipal sobre como será importante a Prefeitura dar oportunidades e espaços para que a juventude, os jovens nos bairros mais periféricos possam ter atividades culturais, esportivas, inclusive, de bailes, de canções, de convidar artistas que gostam de interagir com os jovens e que seria importante que a Secretaria da Cultura, inclusive, patrocinasse oportunidades de lazer. De maneira tal que aqueles moradores dessas regiões possam saber: “Hoje não haver mais aqui diante da minha casa, porque senão não posso nem dormir. Mas, agora a Prefeitura organizou um espaço, com um horário adequado para a juventude ter esses espaços.”

Então, eu até, certo dia, conversamos, o Bruno Ramos, Presidente da Liga do

Funk, com o Padre Luciano, de Paraisópolis, que ficou tão preocupado com aquela ação violenta.

Eu quero muito cumprimentar e vou procurar transmitir ao Vereador Ricardo Teixeira uma síntese desses depoimentos. Avalio que será muito importante, Vereadora Elaine, que possam as Notas Taquigráficas de todos os depoimentos aqui colocados serem enviados ao Vereador Ricardo Teixeira.

Acho importante também esse depoimento do Dr. Eduardo Dias, que falou com muito conhecimento de preocupações e eu o cumprimento pela sua colaboração. Mas, cada uma de vocês que falaram aqui para mim foi muito enriquecedor e essa audiência enriquecedora mesmo.

Parabéns, Elaine, pela iniciativa e, também, do Jair Tatto e agora Juliana, que estão presentes. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vereador.

Gente, vou fazer o seguinte: alternar entre os Vereadores e os convidados. Como se trata de uma audiência pública, para que consigamos ouvir também as pessoas que se inscreveram aqui. É uma forma de ouvirmos as pessoas que se inscreveram e não somente os Vereadores, já por conta do avançar da hora.

Vou chamar uma pessoa inscrita e um parlamentar, alguém aqui da Casa, para fazerem uso da palavra. E pedir novamente para que sejamos muito breves nos nossos apontamentos, porque temos sessão plenária às 15 horas e não podemos manter a audiência pública nesse horário.

Então, vou chamar, antes do próximo Vereador, o Uil Ribeiro.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todos. É um prazer estar nesta audiência pública. Parabéns, Elaine, por requerer essa conversa e trazer essa questão à tona. Obrigado a todos os Vereadores, Parlamentares presentes.

Quero realmente declarar o meu descontentamento com o Vereador Ricardo Teixeira por essa proposição e, principalmente, por propor algo e não vir participar da escuta

do que o PL dele propõe para a sociedade.

Também fico um pouco triste que o relator designado, Delegado Palumbo, tenha que ter se ausentado e não possa ouvir agora, ao vivo, todas as questões aqui colocadas. Então, solicito também que junto com as Notas Taquigráficas seja encaminhado o *link* desse vídeo, que vai ficar gravado, para ele que possa ouvir, e para captar o sentimento das falas.

Destaco sobre o PL 502 que é um texto de 2017, um texto bem pobre por sinal, com quatro parágrafos, é o que propõe; e a sua justificativa, mais pobre ainda, principalmente porque no art.2º ele dita que o descumprimento do disposto acarretará multa de dez mil reais. Então, é totalmente insano e incoerente.

Quero destacar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em época que é o Art. 227, da Lei Maior, in verbis, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Ou seja, está dito no próprio parecer da CCJ algo que está sendo invertido aqui através da proposição desse projeto de lei. Estão querendo criminalizar uma situação que é dever do Estado colocar à disposição das pessoas.

Então, essa inversão realmente não faz sentido nenhum e muito me espanta ter sido colocado esse projeto de lei, principalmente, por ter sido desarquivado, porque ele já tinha passado. Acabou a legislação e junto com o Presidente desta Casa, o Vereador Milton Leite, foi desarquivado esse processo.

Então, corroboro com todas as informações que me antecederam, todas as falas. São falas muito importantes aqui e eu, como homem cis, preto, periférico, morador de favela, conheço muito bem a cultura do funk, além do reggae, do hip hop e a cultura periférica como um todo. A gente sabe da importância que tem essa cultura, principalmente na situação de prover o lazer para as regiões dos extremos, que ficam sem nenhuma oportunidade para tais.

A minha fala é bem breve, é nesse sentido, é mais uma inquirição e faço um apelo para que esse PL realmente não vá para frente porque não faz sentido algum.

Obrigado, boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Uil. Vou chamar o nobre Vereador Jair Tatto, Presidente desta Comissão, e já aproveitar para agradecê-lo tanto por conseguirmos fazer esta audiência, pois ele gentilmente cedeu a Presidência hoje para que eu presidisse. Já agradecendo publicamente o Presidente Jair Tatto, mais uma vez por ele ceder o espaço para a gente do Quilombo poder presidir e passando a palavra para o Vereador.

O SR. JAIR TATTO – Olá, Vereadora Elaine. V.Exa. me passou a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - E eu agradei.

O SR. JAIR TATTO - Os cachorros resolveram latir todos ao mesmo tempo. (Risos)

Quero parabenizar pela condução dos trabalhos, o Vereador Sidney Cruz, relator, participando de todas as reuniões; e o Vereador Marcelo Messias, Vice-Presidente.

Queria simplificar de uma forma, o que motivou esta audiência pública? Alguém disse que onde passa um boi, passa uma boiada. É isso? Então hoje eles tentam barrar o baile *funk*, é isso? Amanhã vão tentar barrar o rap. É isso? Noutro dia eles vão barrar o samba. Tudo com a justificativa de que as pessoas que lá frequentam não são saudáveis aos órgãos públicos. Então esta audiência de hoje provocada com muita propriedade por V.Exa. e o Vereador Sidney Cruz também provocou esta audiência, eu fiz questão que a subcomissão tocasse a audiência e eu acho que é assim: as pessoas confundem um gênero musical com atitude musical. Então, quando fala pancadão, não existe um gênero musical chamado pancadão, mas o funk é extremamente salutar.

Então, Vereadora Elaine, o trabalho da subcomissão está deixando todos nós da Comissão de Orçamento e Finanças orgulhosos pelo trabalho que V.Exa. tem feito, e também o Vereador Sidney Cruz. Eu acho que é isso, acho que o resumo da história é esse, a Cultura é vida, a galera da Cultura proporciona o debate, está presente nas audiências públicas, e se faz

presente onde o Regimento permite, na Comissão de Finanças e Orçamento.

Então quero parabenizar V.Exas. acho que foi uma grande audiência. Eu acompanhei daqui bem quietinho, escondidinho, mas eu acho que Cultura é vida e a juventude da periferia de São Paulo quer alternativa sim. Eles não vão aonde não gostariam. Se eles forem num lugar que a Polícia Militar, que a Polícia Civil, que órgãos públicos não acham salutar, então vamos construir o caminho que é salutar na cabeça deles. Borrachada na juventude, chega! Gás lacrimogêneo nos olhos da juventude, que é a única alternativa que eles têm para se divertir, chega! Acho que esse tem de ser o nosso grande objetivo.

Então, muito obrigado Elaine, por V.Exa. ter me dado a palavra, Vereador Sidney Cruz, Marcelo Messias e parabéns mais uma vez pela condução dos trabalhos da subcomissão. Muito obrigado a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Obrigada, Presidente.

Débora Cristina de Paula, vou pedir de novo desculpas, mas o nosso tempo é curtíssimo. Vou pedir seja muito breve na fala. (Pausa) Não está. Vou chamar o próximo: Gustavo Xavier. (Pausa)

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Pela ordem.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Pois não, Vereador.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Me permite fazer uma fala rapidamente? Eu tenho um compromisso antes da sessão, e gostaria muito de ficar até o final.

Primeiramente, quero cumprimentá-la, estender meus cumprimentos a todos os Vereadores presentes, ao nobre Vereador Eduardo Suplicy, ao nosso Presidente da Comissão de Finanças Vereador Jair Tatto.

Esta audiência pública foi provocada, com uma mobilização espetacular. Ouvi atentamente, e quero cumprimentar também o Procurador de Justiça, Dr. Eduardo Dias. Ouvi atentamente a fala de todos. Quem é da periferia sabe que o que falta são oportunidades, faltam opções, faltam atividades culturais. Todas as falas aqui tiveram muita pertinência, com muito conhecimento de causa. É lamentável que não estejamos discutindo políticas públicas

ofertivas para a nossa população periférica.

Quero aqui parabenizá-la pela condução dos trabalhos. Agradecer a presença de todos e quero fazer minhas, pedir vênias ao nobre Vereador e eterno Senador Eduardo Suplicy, para fazer minhas as palavras do Senador.

Muito obrigado a todos, foi uma aula principalmente para mim, filho da periferia, e estou chegando nesta Casa com muita vontade de construir políticas públicas para o nosso povo da ponte para lá.

Muito obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e me desculpem porque eu tenho de sair para um compromisso antes da sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vereador. Quería agradecer publicamente também. Realmente esta audiência se realizou também por causa do Vereador Sidney Cruz, que está junto comigo na Subcomissão de Cultura, então quero agradecer publicamente pelo trabalho que a gente tem realizado na Casa.

Vou convidar agora a Paula Nunes, da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA NUNES – Muito obrigada, Elaine. Boa tarde aos que estão nesta audiência e aos que estão nos assistindo. Eu sou Paula Nunes, Coveadora pela bancada feminista do PSOL.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o mandato do Quilombo Periférico por esta iniciativa, porque de fato a Câmara deve se debruçar sobre o que o ECA propõe, sobre o princípio da proteção integral; deve-se debruçar sobre o direito à vida e ao futuro da juventude. Mas infelizmente o caminho não é o que o PL 502/2017 propõe. Não é assim que isso vai (ininteligível), em primeiro lugar porque *funk* é uma realidade nas periferias, seu surgimento é negro, é periférico e também por isso ele é tão criminalizado.

Eu não idealizo os bailes funks, eu não idealizo o pancadão. Eu sei que, sim, é um espaço em que pode existir violência contra as mulheres, violência contra as crianças, várias questões relacionadas ao barulho, mas eu também sei qual é o resultado da criminalização. O resultado, como as pessoas que me antecederam disseram, é o que aconteceu no baile da 17,

no Paraisópolis; o resultado são mães e pais chorando o assassinato de nove jovens pelas forças policiais, que até agora não têm nenhuma resposta.

Em segundo lugar, porque eu acho que esta Casa Legislativa devia estar se debruçando e debatendo aqui como produzir, como fomentar a produção cultural na periferia da Cidade. Eu fico pensando se cabe a nós, legisladores, dizer o que é mais ou o que é menos cultura; se cabe a nós dizer que os jovens que têm um baile funk na esquina da sua casa, na rua da casa, que vivem a maior parte do tempo no seu território, não podem frequentar esse espaço, que isso é menos cultura, e devem atravessar a Cidade para irem ao Theatro Municipal. Eu não sei nem em que mundo a gente pode dizer que isso cabe a nós.

Por último, eu quero falar sobre o valor da multa que está proposto nesse projeto de lei: dez mil reais de multa num projeto de lei que pensa na criminalização da periferia. Um escândalo. Acho que o resultado disso é entender que, quando o nosso povo não tem sequer comida na mesa, quando o Estado não chega à periferia nem para garantir comida na mesa, quando o Estado não chega à periferia para garantir direitos básicos como acesso à cultura, lazer, esporte, transporte, o resultado disso é mais uma vez o Estado chegando lá para criminalizar e só dessa forma aparecer.

Então eu acho que é muito necessário que esta Casa rejeite veementemente, inclusive esta Comissão de Finanças, esse projeto de lei, e que esta Casa, sim, se debruce sobre pensar alternativas e em como fomentar cultura na periferia, e não mais criminalização do nosso povo.

Obrigada, Elaine.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Paula.

Tainá Gutierrez, presente? (Pausa) Aluísio Marino, presente? (Pausa) André Nascimento está presente? (Pausa) Welington Lopes Góes.

O SR. WELINGTON LOPES GÓES – Oi. Boa tarde.

Infelizmente o proponente do projeto não se encontra, e aí a gente já vê o descaso que nós temos com a criança e com o adolescente na cidade de São Paulo. Fazendo a leitura

do projeto dele, me parece que ele está preocupado com a situação da infância, adolescência e juventude, mas se a gente for analisar essas questões no Município de São Paulo, deveríamos estar discutindo a implementação dos direitos fundamentais que estão no Estatuto, do Art. 7º ao Art. 69. Passaram-se 30 anos de Estatuto e os direitos fundamentais ainda não foram implementados na sua plenitude.

Também, lendo esse projeto, tem o lance de fiscalizar, criminaliza, aplicar multa de dez mil reais etc., e aí você pega só os bares na cidade de São Paulo, e supermercados que vendem bebida alcoólica para adolescentes e não têm fiscalização, e o ECA já proíbe essa prática. Como ele vai fiscalizar todos os bailes de rua da cidade de São Paulo, se não consegue nem fiscalizar bares, tabacarias, supermercados que vendem bebida alcoólica para adolescente? Isso qualquer um pode testemunhar na cidade de São Paulo.

Outra coisa: esse projeto tem um tom discriminatório porque ele pega o *funk* apenas, e nós sabemos que existem outras festas de rua. Posso citar como exemplo o Carnaval, que é uma festa de rua. Na época do Carnaval tem festa em várias ruas pelo Município de São Paulo. Então por que eleger o *funk* na tentativa de criminalizar, criando um discurso de proteção que a gente sabe que não existe?

Então é um projeto superproblemático que tem de ser repudiado, sim, por nós que de fato lutamos pelos direitos da criança e do adolescente e estamos interessados na implementação desse Estatuto. A discussão que nós deveríamos estar fazendo é uma discussão totalmente num viés contrário, e não da criminalização, como está bem escancarada nesse projeto. Só para ressaltar que nós, como sociedade, temos de repudiar veementemente esse projeto e essa tentativa mais uma vez de criminalização.

Para concluir, o Vereador proponente desconhece a cidade de São Paulo, desconhece como são organizados esses bailes. Inclusive a polícia vai reprimir esses bailes todo final de semana, e tem muitas vítimas dessa repressão que são os próprios adolescentes. No projeto também está escrito o lance de nudez etc. O Vereador desconhece essa realidade, porque ninguém fica nu no baile de rua, Vereador. Me diz aí qual pancadão você frequentou

em que você presenciou casos de nudez.

Se tem crianças e adolescentes nos bailes de rua, em determinada hora, que é inadequado etc., a gente tem de procurar outro viés de discussão. Não pode sair tentando criminalizar, aplicar multa não sabe e não sei para quem. A galera chega com os carros, vai colocando, liga o som, não tem um organizador. Se você for a um baile *funk*, não vai achar o organizador porque não tem. As pessoas vão se aglutinando. Quem vai ser criminalizado? Quem vai pagar essa multa? Vai deixar a cargo da GCM chegar lá multando, de forma autoritária como eles fazem, jogando bomba e dando tiros de balas de borracha.

São essas as pontuações que eu queria fazer em repúdio a esse projeto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

O Júlio, do Quilombo Periférico.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Boa tarde a todas, a todos. Saúdo a companheira Elaine do Quilombo Periférico, saúdo todos os Vereadores e Covereadores presentes, dizer que esse projeto além de cercear os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, ele também se manifesta como uma expressão de projeto de genocídio, que não só significa o ataque físico por meio das execuções sumárias, as mortes violentas por arma de fogo, mas também todas as ações que visam aniquilar a população negra, desde o projeto de embranquecimento, branqueamento, segregação geográfica, assimilação da cultura histórica, somada à ausência de políticas públicas. Nesse contexto de pandemia, ausência de políticas públicas nos territórios periféricos.

Quero saudar também os movimentos sociais presentes, saudar todos os aguerridos e aguerridas que defendem a política de proteção integral à criança e ao adolescente e dizer que estamos felizes tanto pela representação da nobre companheira Vereadora Elaine Mineiro, e por todo o seu trabalho incansável em defesa de uma política pública para a criança e o adolescente.

A nossa mandata coletiva estará sempre à disposição em defesa da vida, dos direitos sociais e contra qualquer tipo de cerceamento da liberdade que é o valor ético central.

Quando a gente criminaliza o baile *funk* e não dá propostas de iniciativas ou ampliação de políticas públicas, esse PL está fazendo sim a reprodução do racismo estrutural, do racismo institucional, a criminalização da pobreza e valorizando a política de genocídio no aumento da entrada das polícias nos territórios periféricos.

Contra todas essas ações arbitrárias nos colocamos em luta. Por menos que conte a história, não te esqueço, meu povo. Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Júlio. A Vereadora Juliana Cardoso está presente?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estou, mas estou na rua. Quero parabenizar a Vereadora. Hoje, pela manhã, estávamos na reunião da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, estávamos fazendo essa discussão.

Nós precisamos de política pública de estado forte, nós precisamos de direitos que estão na legislação. Nós já temos leis para que dá subsídio para a nossa população, principalmente para os nossos jovens e os adolescentes que precisam ocupar espaços fundamentais de direito.

Fico pensando que como eles colocam tantos projetos de lei de criminalização, de disseminação e não é o primeiro. A gente aqui com essas bancadas com assuntos conservadores, religiosos, preconceituosos, basta! Chega! A gente não está precisando ser punida não, gente. A gente está precisando assumir os direitos adquiridos. Orçamento e recurso têm, por que essas secretarias não fazem o que tem de ser feito? Por que não vão pegar, de fato, os bandidos, que eles sabem onde estão, que trabalham com a drogadição, que matam a nossa juventude? Eles sabem, a polícia sabe. Mas não, permanece o encarceramento em massa, a relação de punição para a nossa juventude é o que está querendo prevalecer.

Em relação aos bailes *funk*, nós sabemos também que há uma questão de cidade, que as pessoas não conseguem ficar de quinta a domingo com batida de som na cabeça. Essa é uma discussão que temos de fazer com o Poder Público.

Quais são os caminhos que podemos fazer para que os jovens possam ter seus espaços de lazer? Mas não a punição. Violência só gera violência.

Parabéns, Elaine e a todos e todas que estão presentes nesta audiência.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Juliana.

Tem a palavra o Sr. Jorge Artur Canfield Floriani.

O SR. JORGE ARTUR CANFIELD FLORIANI - Eu já ocupei a minha fala como Fórum Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Mas vou reafirmar, esta leitura autoritária do Estatuto da Criança e do Adolescente nos remete ao Código de Menores, não à proteção integral à criança e ao adolescente.

Muito obrigado em nome do Fórum Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Fórum da Sé, o Fórum Regional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Jorge.

Tem a palavra o Sr. Lucas Abreu Antonio. (Pausa) Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – Saúdo os Vereadores em nome da Vereadora Elaine, e saúdo todos em nome das pessoas vítimas do genocídio no País.

Esse histórico é antigo, estou fechado com todas as falas que já ocorreram. Não houve contra à fala.

Primeiro, desejo que a lei seja arquivada. Esse é o primeiro princípio, ainda mais porque o Vereador tem prática no Dersa, na arquitetura, de periferia ele não. Tem prática em outras “fitas”.

Eu defendo o hip-hop, mas, por defender o hip-hop, eu defendo a Cultura. Então, eu tenho de defender o *funk*. Por defender a Cultura, somos contra o racismo estruturado e

institucional. Então, somos contra o genocídio.

Eu quero propor – e eu já mandei isso por e-mail – que façamos uma discussão sobre a efetivação do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Aproveito este momento, pois isso está esquecido, na Cidade, desde 2017. Gostaria de fazer uma discussão sobre o Estatuto da Juventude, que também não foi efetivado até hoje. Então, ele é legal, mas é um papel, na cidade de São Paulo.

Também aproveitamos e já fazemos o debate sobre os efeitos e as possibilidades da criminalização das drogas. Então, precisamos descriminalizá-las. De repente, temos de discutir essa descriminalização no território paulistano, porque o efeito contra a periferia é muito alto.

Também quero fazer um debate que é muito sério na Cidade. Já que nós estamos discutindo sobre funk e sobre um monte de coisas que acontecem com adolescentes, nós temos de discutir os crimes forjados, que são um conflito. Quando a instituição de Segurança Pública do Poder Executivo do Estado age no Município, ela força o Município a proteger a criança e o adolescente nas suas leis. Todo mundo falou de lei, aqui, mas nós temos de ir para o campo da ação.

Também quero fazer um debate sobre a indústria do som de entretenimento, porque temos de entender que, para esta geração, hoje, o som está na rua e as pessoas vão fazer Cultura como elas desejam no território paulistano, e o efeito da política de Segurança Pública contra a juventude, crianças e adolescentes, no território paulistano, porque eu quero entender o que é Segurança Pública na classe média e o que é Segurança Pública na periferia, para não se falar que estamos discutindo só um campo. Quero discutir tudo.

Também aproveito e discuto o feminicídio no território paulistano, porque o feminicídio ataca as mulheres – principalmente, pois estamos discutindo e está-se falando do estupro etc. e etc. Então, vamos discutir seriamente. Mandei encaminhamento propondo fazermos a discussão durante quatro anos.

Também, uma discussão muito séria é a situação da juventude, crianças e

adolescentes, e suas famílias que estão em situação de rua, porque muita gente fala que algumas culturas dão certo desde que vendam alguma coisa, mas Cultura não precisa vender.

A Cultura é expressão.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Pirata.

O último inscrito é o Tiago de Castro.

O SR. TIAGO DE CASTRO – Olá, Vereadora Elaine. Boa tarde a todas e a todos. Sou Tiago. Sou educador popular e assessor da Vereadora Luana Alves, que precisou cumprir outra agenda.

Gostaria de fazer coro e parabenizar a iniciativa da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico pela importância deste espaço e pela agilidade em articular uma resposta urgente a esse PL de barbárie. Eu sou morador da Vila Moraes, uma das muitas periferias da zona Sul da cidade de São Paulo, em que, como em muitas periferias, as expressões de sociabilidade que nos são colocadas são a igreja, o boteco, a quadrinha ou o baile. Na nossa época, eram os bailes de rap. Hoje em dia, são os bailes de *funk*. Todos esses espaços são permeados pelo policiamento ostensivo.

A partir desse mote, esse PL deve ser rejeitado e rechaçado, porque ele apresenta uma política de proteção que não protege e que pune nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens. Criminaliza, buscando aprofundar e legitimar aquilo que está posto, como barbáries no Paraisópolis e as barbáries que seguem acontecendo a partir de políticas de genocídio, pela mão da polícia, pela fome, pelo desemprego e pela intensa linha de criminalização das nossas vidas e dos nossos corpos – sobretudo, dos nossos corpos pretos e jovens.

Então, finalizo, reiterando a parabenização e colocando-nos sempre ao lado dessa coluna de enfrentamento e de rechaço a esse tipo de iniciativa.

Obrigado. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Tiago.

Quero agradecer muito a todas, todos e todes presentes. Tivemos uma participação muito grande, hoje, da sociedade civil, das entidades de defesa, de redes de proteção à criança e ao adolescente. Isso é sempre muito produtivo e muito bom para a Câmara dos Vereadores. Acho que essa é uma tarefa que a mandata do Quilombo Periférico se coloca sempre à disposição de cumprir.

Infelizmente, já estamos avançados no horário. Já são 15h03min, horário da nossa plenária, aqui, na Câmara dos Vereadores, mas eu quero...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Presidenta, permite-me?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vereador Eduardo Matarazzo Suply, eu preciso encerrar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – O Vereador Ricardo Teixeira mandou uma mensagem: “Estou voltando para casa. O que vocês decidirem, para mim, está ótimo. Gratidão, sempre!” Daí, eu respondi: “Caro Ricardo, estão presentes mais de 40 representantes dos mais diversos movimentos culturais. Praticamente todos foram bastante críticos ao projeto. As notas taquigráficas lhe serão encaminhadas. Abraço, Eduardo.”

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Vereador Eduardo Matarazzo Suply. Muito obrigada, mesmo!

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Desculpem, gente, por fazer falas tão curtas, mas também tínhamos um tempo curto e precisávamos muito ouvir toda a sociedade.

Por fim, quero dizer que a mandata do Quilombo Periférico vai continuar acompanhando a tramitação desse PL. Já nos posicionamos contrariamente e vamos trazer todas as medidas possíveis, que forem cabíveis para a nossa mandata, para impedir que esse PL seja aprovado. Como já foi dito aqui, que ele seja arquivado.

A nossa intenção, como mandata, é fazer a efetivação das leis de proteção à

criança e ao adolescente, das leis à população preta, pobre, periférica, da classe trabalhadora deste País. Então, de fato, quero agradecer a todas, todos e todes por esta audiência. Reafirmo nossa incansável luta pelo nosso povo dentro desta Casa.

Sem nada mais a tratar, eu encerro os trabalhos desta audiência pública.

Muito obrigada a todo mundo. Nós nos veremos em dois segundos, ali, no plenário da Câmara.
